

VIOLÊNCIA INFANTIL NO BRASIL: ASPECTOS INTRAFAMILIARES E CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS

Hellen Leão de Sousa¹; Lucas Moraes Tizzo Oliveira²

¹ Universidade Estadual de Goiás, hellenlion7@gmail.com; ² Universidade Estadual de Goiás, lucas.tizzo18@gmail.com.

Resumo: A violência infantil no Brasil configura-se como um grave problema de saúde pública e social, marcado por raízes históricas, culturais e familiares que perpetuam o ciclo intergeracional de agressões e negligência. O presente trabalho busca compreender a natureza da violência contra crianças, destacando a predominância do agressor intrafamiliar e as consequências psicopatológicas decorrentes dessas experiências. O objetivo principal é caracterizar as formas de violência infantil e discutir suas associações com o desenvolvimento biopsicossocial da vítima. A pesquisa adota abordagem qualitativa e natureza descritiva, utilizando o método de revisão bibliográfica e análise documental, a partir de produções científicas recentes sobre o tema. Os resultados indicam que a maioria dos casos ocorre no ambiente doméstico, sendo os pais ou responsáveis os principais agressores. Identificou-se que as consequências da violência vão desde danos imediatos (como ansiedade, medo, vergonha e sintomas depressivos) até prejuízos tardios, como transtornos de estresse pós-traumático, ideação suicida e dificuldades de socialização. Verificou-se, ainda, que a negligência e a violência psicológica são amplamente subnotificadas e, muitas vezes, banalizadas nas relações familiares, o que contribui para a perpetuação do ciclo de violência. As lacunas metodológicas dos estudos analisados revelam a necessidade de maior precisão científica e aprofundamento das investigações sobre os impactos psicológicos na infância. Conclui-se que o enfrentamento da violência infantil requer uma atuação interdisciplinar integrada entre as áreas da saúde, educação, assistência social e justiça, bem como a efetiva implementação das políticas previstas na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de assegurar a proteção integral, o rompimento do ciclo de violência e a promoção do desenvolvimento saudável e digno das crianças.

Palavras-chave: Violência Infantil; Consequências Psicológicas; Família; Proteção Integral.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a trajetória da criança tem sido marcada por inúmeras situações de violência. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o "uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação" (OMS, 2002). Os tipos de violência incluem abuso físico, sexual, psicológico e negligência.

A violência infantil no Brasil configura-se como um grave e persistente problema de saúde pública, alcançando a população em larga escala.

A violência não é um advento da modernidade, mas sim uma questão cultural e social. A "gênese" dessa violência, como explorado por Machado e Sanches (2022), está enraizada em um modelo familiar nuclear que, por vezes, perpetua um histórico de violência, transmitindo-o entre gerações. Para Albert Bandura, a violência é socialmente

aprendida por meio de "modelação", onde o indivíduo é recompensado ao emitir um comportamento semelhante ao seu modelo, o que ajuda a explicar a tendência à repetição intergeracional da violência (Kristensen, 2003). Pesquisas revelam que a família, que Freud define como "uma complexa teia de vínculos e de emoções, que se expressa simultaneamente através do ódio e do amor" (Goldberg e Guerra, 1997), é o local onde a maior parte das agressões ocorre, sendo assim, a problemática se intensifica ao se considerar que a violência é muitas vezes perpetrada no ambiente familiar, o local onde, deveria ser ofertado proteção, cuidado e afeto.

Os agressores são majoritariamente membros do próprio grupo familiar. Além disso, a problemática ganha contornos ainda mais alarmantes com a constatação de que a violência pode causar diversas consequências psicológicas a curto e longo prazo. As consequências da violência são vastas, causando sequelas "emocionais, afetivas, psicológicas, sociais e comportamentais" (Nunes. et al., 2020). Entre as manifestações psicológicas estão "ideação suicida, transtorno de estresse pós-traumático, comportamentos disfuncionais e transtornos mentais em geral, prejudicando assim o seu desenvolvimento" (Back; Guedert; Hauschild et al., 2014).

Desta forma, este trabalho tem como objetivo geral a Caracterização da natureza da violência infantil no Brasil, com ênfase na predominância do agressor intrafamiliar e nas consequências psicopatológicas decorrentes dessas experiências. Já como objetivos específicos, este trabalho busca:

- a) Identificar e descrever as principais formas de violência infantil e sua recorrência no contexto intrafamiliar;
- b) Analisar as associações entre a violência infantil e as consequências psicopatológicas no desenvolvimento biopsicossocial da criança.

Ademais, a partir da Constituição Federal de 1988, a criança adquiriu o "status" de sujeito de direitos. Essa nova ordem constitucional fundamenta-se no reconhecimento da criança como pessoa em desenvolvimento e no princípio da prioridade absoluta, originados na Doutrina da Proteção Integral (Azambuja, 2006). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, reforçou esses princípios, exigindo a reestruturação da sociedade e do sistema de Justiça Infanto-Juvenil. O objetivo do ECA é "Garantir às crianças e ao adolescente, a promoção da saúde e a prevenção de agravos,

tornando obrigatória a identificação e a denúncia de violência" (Nunes e Sales, 2016).

METODOLOGIA DE PESQUISA OU MATERIAL E MÉTODO

Este trabalho constitui-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, fundamentada no método de revisão bibliográfica e análise documental. A escolha desta metodologia justifica-se pela necessidade de sintetizar e analisar criticamente o tema através de um conjunto de produções científicas sobre a violência infantil.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados dos estudos sobre violência infantil no Brasil converge para uma caracterização complexa do fenômeno, marcada pela intrafamiliaridade da agressão e por graves consequências biopsicossociais na vítima.

CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

A ideia principal é de que a violência infantil é predominantemente intrafamiliar. Em 2011, 73,6% dos casos notificados ocorreram em domicílio (Rates, Melo, Mascarenhas et al., 2014). Os pais e cuidadores são os maiores perpetradores. No abuso sexual, por exemplo, aproximadamente 80% são praticados por "membros da família ou por pessoa conhecida confiável" (Zavaschi et al., 1991).

Quanto aos tipos, a violência sexual e a violência física são as modalidades mais evidenciadas em termos de número de artigos encontrados. Contudo, a negligência é frequentemente a forma mais frequente de maus-tratos, sendo "descrita na literatura como preocupante, uma vez que este tipo de abuso, apesar de não inspirar o mesmo grau de indignação dos demais representa cerca de 40% das fatalidades registradas" (Granville-Garcia et al., 2008).

A violência psicológica (ou emocional) é caracterizada por Malta (2002) como uma "atitude do adulto em depreciar e inferiorizar de modo constante a criança ou adolescente, causando-lhe sofrimento psíquico e interferindo negativamente no processo de construção da sua identidade". A violência física, por sua vez, "varia de uma 'palmada', a espancamentos e homicídios" (DAY et al., 2003).

O CICLO DE VIOLÊNCIA E A ASSOCIAÇÃO COM O COMPORTAMENTO DEPRESSIVO

Os estudos corroboram para o conceito de "ciclo da violência," onde a criança vitimada é mais exposta a episódios subsequentes ou simultâneos.

A Análise de Correspondência Múltipla (ACM), aplicada em um estudo descritivo, demonstrou que as diferentes vitimizações de violência tendem a estar mais próximas do comportamento de retraimento/depressão a nível clínico e limítrofe. É notável, na análise da ACM, que a agressão verbal (forma de violência psicológica) tende a se separar de outras formas severas de violência, sugerindo que é uma atitude "banalizada, sem contato físico e naturalmente aceitas nas relações familiares" (Avanci, et al., 2009).

Outro resultado relevante encontrado é a associação entre o comportamento de retraimento/depressão com as famílias constituídas por padrasto ou madrasta. Contudo, a estrutura familiar tradicional não é "garantia de estabelecimento de saúde mental infantil" (Avanci, et al.,).

CONSEQUÊNCIAS PSICOPATOLÓGICAS E O DESENVOLVIMENTO BIOPSISSOCIAL

A violência tem potencial para causar danos imediatos e tardios. Os danos se manifestam nas esferas "física, social, comportamental, emocional e cognitiva" (Kashani et al., 1992; Straus & Gelles, 1995; Gelles, 1997)

Entre as consequências psicológicas mais recorrentes, estão Depressão, Ansiedade, e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Outros transtornos incluem Hiperatividade e Déficit de Atenção.

Os danos imediatos da violência, conforme cita Day et al. (2003), incluem "pesadelos repetitivos; ansiedade, raiva, culpa e vergonha; (...) quadros fóbico-ansiosos e depressivos agudos" (Day et al., 2003). Já os danos tardios podem levar a "aumento significativo na incidência de transtornos psiquiátricos; dissociação afetiva, pensamentos invasivos, ideação suicida e fobias mais agudas" (Day et al., 2003). Pesquisas sugerem que a punição corporal na adolescência pode estar associada ao "abuso de álcool e drogas, depressão e tentativas de suicídio na idade adulta" (National Research Council, 1993 apud Gelles, 1997).

O abuso sexual, em particular, pode levar a sequelas como problemas psiquiátricos (Depressão, Transtorno de Ansiedade, Transtornos Dissociativos) e sintomas como ideação suicida, medo exagerado dos adultos e comportamento sexual

avанçado para a idade (Nunes et al., 2020).

LACUNAS METODOLÓGICAS E NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO INTERDISCIPLINAR

A discussão dos resultados revela que a maioria dos estudos tende a abordar as consequências psicológicas da violência infantil somente na idade adulta, ignorando ou apenas citando os sintomas apresentados pela criança vitimizada. Além disso, muitas pesquisas "carecem de certa acurácia no que diz respeito às consequências psicológicas," citando "apenas jargões como 'traumas', 'consequências irreparáveis', 'distúrbios emocionais' ou 'problemas escolares', mas sem explicar através de evidências empíricas" (Nunes et al., 2020).

Outra falha evidente é a escassez de notificações oficiais, o que sugere que os números reais de violência são substancialmente superiores aos registrados. Há "omissão, passividade e despreparo de parte dos profissionais, parentes e amigos, tardando assim a ação de intervenção e proteção à criança" (Nunes et al., 2020).

Para um enfrentamento eficaz, a articulação de ações sanitárias e sociais é crucial. Reichenheim, Hasselmann e Moraes (1999) propõem um modelo de atenção que envolve três etapas: 1) Prevenção Primária (educação em saúde); 2) Detecção (usando eventos-sentinela e investigação multiprofissional); e 3) Ações de Enfrentamento Imediato/Acompanhamento.

A intervenção requer uma equipe interdisciplinar, composta por profissionais de Serviço Social, Saúde e Educação. O trabalho interdisciplinar é "indispensável para a eficiência da avaliação, do diagnóstico, do acompanhamento e tratamento da vítima e do grupo familiar" (Azambuja, 2006). É urgente que o sistema de justiça, por exemplo, reveja condutas e libere "a criança da responsabilidade de ser ouvida com o fim de produzir prova" (Azambuja, 2006.). Profissionais do direito "necessitam de conhecimentos específicos sobre a dinâmica do abuso sexual infantil" e noções de psicologia para orientar melhor a criança (Dobke, 2001).

Em última análise, a transformação do cenário de violência exige a reestruturação da família, baseada em "relações mais simétricas entre homens e mulheres, entre pais e filhos que desconstruam as representações ancoradas no poder de um e submissão do outro" (Gomes et al., 2007).

A violência, ao afetar o desenvolvimento emocional, cognitivo e social da criança,

age como um terremoto que destrói as fundações de uma casa. Sem a intervenção coordenada e especializada (a engenharia e a reconstrução), os danos não apenas persistem, mas se manifestam em sequelas graves na vida adulta, perpetuando o ciclo do sofrimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer o caminho proposto pelos objetivos deste estudo, foi possível confirmar a complexidade que envolve a violência infantil no Brasil. Retomando a questão central da pesquisa, os resultados evidenciaram uma realidade dura: o principal cenário de violação é justamente o ambiente que deveria ser de proteção, o seio familiar. Essa constatação atende ao propósito de identificar os aspectos intrafamiliares, revelando que a agressão parte, na maioria das vezes, de figuras de confiança da criança.

Além disso, a análise permitiu ir além das marcas visíveis. Ao investigar as consequências desse fenômeno, observou-se que os danos psicológicos e emocionais comprometem severamente o desenvolvimento infantil, muitas vezes de forma irreversível. Ficou claro, portanto, que a violência não é um evento isolado, mas um ciclo que afeta toda a formação da personalidade.

Por fim, o estudo demonstrou que, embora existam mecanismos legais robustos como a Constituição e o ECA, há um abismo entre a lei e a prática. Conclui-se que a proteção integral só será efetiva quando as políticas públicas saírem do papel e houver uma articulação real entre os setores da sociedade para romper esse ciclo intergeracional de violência.

REFERÊNCIAS

AVANCI, Joviana; ASSIS, Simone; OLIVEIRA, Raquel; PIRES, Thiago. Quando a convivência com a violência aproxima a criança do comportamento depressivo. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 383-394, mar./abr. 2009.

AZAMBUJA, M. R. F. de. (2006). Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), 5(1), 1–19. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/1022>.

DAY, Vivian, P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria*, Rio Grande do Sul. 9-21 de Abril 2003.

DOBKE, Velda. Abuso Sexual: a inquirição das crianças, uma abordagem interdisciplinar. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

GELLES, Richard J. *Intimate Violence in Families*. London: SAGE Publications, 1997. 188 p.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo; GUERRA, Viviane N. de Azevedo. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997. 334 p.

GOMES, Antônio Maspoli de Araújo. *Teologia: ciência e profissão: (a identidade, a formação e o campo de atuação profissional do teólogo no Brasil)*. São Paulo: Fonte Editorial, 2007. 237 p.

Granville-Garcia AF, Silva MJ F, Menezes VA. MausTratos a Crianças e Adolescentes: Um Estudo em São Bento do Una, PE, Brasil. *Pesq Bras Odontoped Clin Integr* 2008; 8(3):301-307.

HECHEINHIM, M. E.; HASSELMANN, M. H.; MORAES, C. L. Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81231999000100009&script=sci_abstract&tlng=pt

KASHANI, J. H.; DANIEL, A. E.; DANDOY, A. C. Family violence: impact on children. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, v. 31, p. 181-189, 1992.

KRISTENSEN, C. H. et al. Fatores etiológicos da agressão física: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2003000100020&script=sci_abstract&tlng=pt

MACHADO, Josiel Artigas, SANCHES, Mario Antônio. *A Gênese da Violência Infantil*. CADERNO TEOLÓGICO DA PUCPR, CURITIBA, V.2, N.1, P.115-131, 2022.

MALTA, S. B. B. *Violência na família: uma matriz da violência na sociedade*, 2002

NUNES, Ana Clara Pereira; SILVA, Cíntia Cassimiro da; CARVALHO, Clarissa Teixeira Cardoso de; SILVA, Fernanda Gonçalves da; FONSECA, Pâmela Cristine dos Santos Bastos da. *Violência infantil no Brasil e suas consequências psicológicas: uma revisão sistemática*. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, Universidade Estácio de Sá, v. 6, n. 10, p. 79408–79441, out. 2020.

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. *Violência contra crianças no cenário brasileiro*. *Ciência & Saúde Coletiva*, [Rio de Janeiro], v. 21, n. 3, p. 871-880, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra, 2002.

PLATT, V. B.; Back, I. C. de; HAUSCHILD, D. B.; GUEDERT, J. M. *Sexual violence*

against children: authors, victims and consequences. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2018.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232018000401019&script=sci_arttext&tlng=en.

RATES, S. M. S.; MELO, E. M.; MASCARENHAS, M. D. M.; MALTA, D. C.
Violence against children: an analysis of mandatory reporting of violence, Brazil 2011.
Ciência & Saúde Coletiva, 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000300655.

REICHENHEIM, Michael E.; HASSELMANN, Maria Helena; MORAES, Claudia
Leite. Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente:
contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de
Janeiro, v. 4, n. 1, p. 109-121, 1999.

STRAUS, M. A.; GELLES, R. J. *Physical Violence in American Families: Risk Factors
and Adaptations to Violence in 8,145 Families*. New Brunswick, London: Transaction
Publishers, 1995. 614 p

ZAVASCHI, Maria Lucrécia Scherer; TETELBOM, Miriam; GAZAL, Christina Hallal;
SHANSIS, Flávio Milman. Abuso sexual na infância: um desafio terapêutico. *Revista
de Psiquiatria*, Porto Alegre, n. 13, p. 136-145, set./dez. 1991.